

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLESIO MOTTA DE ROSSO**, **Diretor Geral**, em 08/03/2024, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0794002** e o código CRC **84645B76**.

PORTARIA - Nº 0794149 - DG,08 DE MARÇO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder folga compensatória, aos servidores abaixo relacionados, por terem trabalhado durante o período de Recesso Forense.

Nome	Quant. dias	Período	Processo SEI Nº
JOHON EMERSON DE SOUZA CAMILO	02	25/03/2024 a 26/03/2024	19.26.110001167.0000012/2024-63
WELLEY HERMESON COSTA SOUZA	02	25/03/2024 a 26/03/2024	19.26.1000000.0002134/2024-99

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLESIO MOTTA DE ROSSO**, **Diretor Geral**, em 08/03/2024, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0794149** e o código CRC **8C96AACF**.

PORTARIA - Nº 0793224 - DG, 07 DE MARÇO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Considerando o Procedimento SEI Nº 19.26.1000000.0010526/2023-41, firmado com a empresa B.R.Y CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.678.857/0001-51 e ARCNETI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.044.934/0001-37, referente a contratação de empresas especializadas em serviços e apoio logístico nos eventos do Ministério Público do Estado de Roraima, na capital Boa Vista.

I - Designar a servidora **CATARINA MENDES BATISTA ROSA ARAÚJO**, Diretora de Departamento, como Gestor do processo conforme Resolução PGJ nº 004, de 06 de maio de 2019.

